



Informação básica a prestar ao titular dos dados pessoais nos termos do art.º 13.º, do RGPD com consentimento do titular

Responsável pelo tratamento: Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, Autarquia Local, Pessoa coletiva n.º 510 837 590, com sede na Rua de Serralves nº 10 – 4150 - 701 Porto, Telefone: 226 166 910, email: geral@uflom.pt

Contactos do Encarregado de Proteção de Dados: Telefone: 226 166 910, email: rgpd@uflom.pt

Finalidade do Tratamento: Tramitação do procedimento concursal, que visa a ocupação de postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades e à prossecução dos objetivos da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Base de licitude do tratamento: Cumprimento de obrigação legal (art.º 6.º, n.º 1, al. c), do RGPD, nomeadamente a Lei n.º 35/2014, de 20/05, na sua última versão (art.ºs 33.º a 39.º), a Portaria n.º 233/2022, de 09/09, e o consentimento do titular.

Destinatários (com que entidades se podem partilhar os seus dados): Os dados recolhidos para a finalidade acima referida, serão utilizados pelos serviços internos da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, incluindo o Presidente, em caso de recurso hierárquico, sendo ainda partilhado com entidades externas, nomeadamente o INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, Imprensa Nacional Casa da Moeda, CTT – Correios de Portugal, S.A. e Tribunais.

Direitos dos Titulares dos Dados: Direito de **Acesso** (Art.º 15.º, do RGPD), Direito de **Retificação** (Art.º 16.º, do RGPD), Direito de **Apagamento** (Art.º 17.º, do RGPD), Direito à **Limitação do Tratamento** (Art.º 18, do RGPD), Direito de **Informação** sobre os destinatários dos dados, (Art.º 19.º, do RGPD), Direito de Portabilidade (Art.º 20.º, do RGPD), Direito de Oposição (Art.º 21.º, do RGPD), não ficar sujeito a Decisões Automatizadas e à Definição de Perfis (Art.º 22.º, do RGPD), Direito a **Retirar o Consentimento**, em qualquer momento, sempre que este seja a base de licitude do tratamento, e direito a apresentar reclamação perante a Comissão Nacional da Proteção de dados (CNPd) através do sítio www.cnpd.pt, ou por carta dirigida para a Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200 651 Lisboa, e o contacto de telef: 213 928 400, E-mail: geral@cnpd.pt

Prazo de Conservação dos dados: Os dados serão conservados durante os prazos definidos por lei, sendo, nomeadamente, de 18 meses se for constituída Reserva de Recrutamento; 5 anos nos demais casos (conforme Portaria n.º 412/2001, de 17/04). Findo este prazo os dados poderão ser guardados (em arquivo intermédio) e sujeitos a garantias de segurança, pelo prazo de 10 anos, por força da realização de auditorias por parte do Tribunal de Contas (Art.º 70.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26/08, na mais recente versão). O destino final será a eliminação.

Consequências da não disponibilização dos dados: Impossibilidade de concorrer à ocupação do posto de trabalho em causa no concurso.